



Pensar a Região de  
Leiria

Separatas

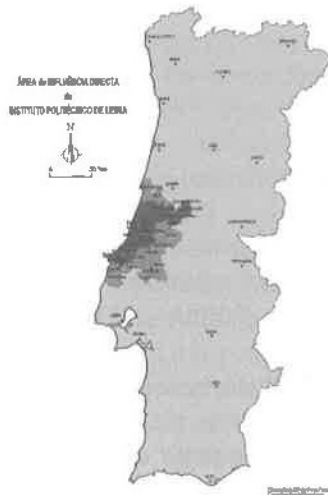
# A UNIVERSIDADE DE LEIRIA COMO EIXO CONSTRUTOR DA REGIÃO

com Amizade  
Ricardo Vieira  
08/14/05

**Ricardo Vieira**

Antropólogo e Sociólogo  
Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Leiria

- É inegável o papel do Instituto Politécnico de Leiria no desenvolvimento do Ensino Superior na Região de Leiria.
- O IPL tem construído uma nova cartografia da região que vai para além do distrito, como se pode constatar com o critério de preferência regional. O IPL tem uma diversidade de escolas por todo o distrito.



- O IPL tem projectos para novas escolas e novos cursos na região.
- Há uma diversidade de cursos que engloba todas as áreas do saber (tecnologia, engenharias, gestão, recursos humanos, turismo, educação, ciências sociais)...
- Há dados objectivos, mensuráveis, sobre a qualidade e a quantidade da diversidade na unidade do ensino superior na região.

Contudo, apesar desse dinamismo regional, da qualidade da sua formação que leva a obter classificações elevadas no ranking nacional entre todos os estabelecimentos de

ensino superior, sendo apenas superado por 3 universidades,<sup>1</sup> a verdade é que os alunos do IPL não são alunos universitários. De facto, o posicionamento do IPL nos rankings nacionais não lhe permite, ainda assim, dizer que é a 4.<sup>a</sup> universidade do país.

Dizer o contrário é mentir a si próprio e aos outros. Os pais dos nossos alunos dizem que têm os filhos na universidade. Contudo eles não estão na universidade. Estão num subsistema do ensino superior português, designado de politécnico, caracterizado com determinado estatuto docente, especificidades próprias que, na verdade, o inferioriza em relação ao outro subsistema – o universitário. Ao nível do discurso político, mediático, etc., quando se fala de universidades não se fala de um subsistema a par do politécnico. Fala-se, simplesmente, de Universidade como Ensino Superior. E as palavras não são neutras. Aqui, sub é mesmo ficar abaixo e não apenas ao lado. Dizer que se anda, por exemplo, na Universidade de Coimbra é mesmo diferente (para superior) de andar no Instituto Politécnico de Coimbra que é uma segunda escolha em relação à primeira.

Quantos dos que se opõem à transformação do Politécnico de Leiria em Universidade Pública colocam aqui os seus filhos como primeira escolha no concurso nacional?

Alguém tem dúvidas de que há universidades em que a qualidade da formação não tem o nível de exigência do Instituto Politécnico de Leiria? Só que... os licenciados por essas instituições são universitários. O nome faz mesmo a coisa! O nome é a primeira estratégia para criar a realidade.

Essa relação de menoridade dos Institutos Politécnicos face às Universidades só não é combatida por todos porque convém a alguns, como veremos adiante.

A identidade estigmatizada representa um factor impeditivo da criação da identidade regional. A prova é que os alunos escondem a especificidade da categoria do estabelecimento de ensino – como politécnico – afirmando uma condição de alunos universitários: na invenção do traje académico, na cópia dos rituais da praxe académica, nas lutas estudantis e no discurso.

Assim, se, por um lado, o IPL representa um dos catalisadores mais importantes da criação de uma identidade regional, é fundamental que essa identidade seja sentida e assumida como identidade positiva e distintiva. Aí sim, poderemos comparar-nos com Aveiro, Coimbra e Lisboa.

Por que razão as nossas elites política, económica, cultural, não assumem como sua a reclamação de uma universidade pública para Leiria? E são alguns deles que mais lutam pela afirmação do concelho, do distrito e da região! As duas coisas têm que ir a par: a legitimação da região e a criação da Universidade Pública.

Vejamos, agora, alguns conceitos básicos para entender as relações entre Universidades e Politécnicos:

- 1 – O diverso é de facto o contrário de igual, ou, melhor, do homogéneo.
- 2 – Mas falar de desigual não é o mesmo que falar de diverso.

Pensando em duas figuras geométricas, um quadrado e um rectângulo, e de forma absoluta, podemos afirmar, sem rodeios, que não há nada num quadrado que permita dizer

<sup>1</sup> Dados de 2004.

que é melhor, superior, mais perfeito, etc. que um rectângulo. Ambos são quadriláteros, ambos têm 4 ângulos rectos, mas nenhum é mais perfeito que o outro. Nenhum é superior ao outro. São apenas diferentes. São diferentes mas têm também muitas semelhanças.

É neste sentido que digo que é possível ser igual e diferente.

O ser igual pertence ao domínio do social, significa a não existência do desigual, a não existência de subalternização, de submissão, de relações de poder desiguais. Apenas relações de interdependência pela complementaridade das especificidades.

Por outro lado, o ser diferente pertence ao domínio do cultural. Prende-se com a questão das identidades, das pessoais, das sociais, das organizacionais e institucionais. E, aqui, é importante lembrar que ninguém gosta de ser absolutamente cópia dos outros, de ser exactamente igual, no sentido da semelhança, porque isso nos faria deixar de sermos nós mesmos para passarmos a ser outrém, o outro justamente do qual também nos queremos distinguir. Mas também o excesso de diferença corre o risco da incomunicabilidade. Vale a pena lembrar, ainda que de cor, uma frase de Boaventura Sousa Santos que muito bem sistematiza esta ideia:

*«quando nos querem tornar diferentes, a ponto de nos tornarem desiguais, inferiores, nós queremos ser iguais; quando nos tornam iguais, a ponto de se diluir a nossa identidade, nós reivindicamos a nossa diferença».*

Portanto, tal como na natureza onde, para haver equilíbrio ecológico, é necessária a diversidade biológica que assegura a interdependência, também entre os humanos o excesso de unificação e homogeneização é letal. Abdallah-Preteceille, a propósito da comunicação entre diferentes e das relações interculturais, refere que *«no melhor dos casos, os autores espanhóis dizem bem dos índios, mas, salvo excepção, nunca lhes falavam. Ora é falando ao outro que [...] eu lhe reconheço uma qualidade de sujeito comparável àquele que sou eu mesmo»* (Todorov, 1990: 85).

A propósito da temática deste Congresso, penso, justamente, que ambos os subsistemas reconhecem a importância do outro, quer seja o Politécnico em face do Universitário, quer o contrário, o Universitário perante o Politécnico, mas para legitimarem os seus direitos de existir, nunca, todavia, falando ao outro, o que significaria entrar no seu mundo, nos seus estatutos, etc. Parece haver um desconhecimento de parte a parte e mais "um falar de" do "que comunicar com".

Consideremos ainda algumas das lógicas subjacentes às atitudes e práticas perante a diversidade; mesmo perante aquela que o ensino Politécnico e o Universitário encerram. Uma lógica consiste em ver o outro diferente mas desigual, que é o caso da visão mais corrente dos Universitários perante o Ensino Politécnico. Quantos não dizem que nós não temos de fazer investigação, por exemplo, denotando um olhar tolerante perante a nossa vida académica? Outra, a inversa, consiste no comportamento de alguns docentes do Ensino Politécnico que teimam em enterrar a cabeça na areia e, em nome da diferenciação e especificidade da matriz de formação que reconhecem a este subsistema, continuam a assumir a diferença como vantajosa ainda que as desvantagens deste perante o outro subsistema sejam mais que muitas. Claro que, para quem é

mestre e não quer ou não pode fazer doutoramento, o Ensino Universitário acaba por ser desvantajoso e é o Politécnico que acaba por ser uma carreira preferível. Mas essas são posições pessoais e não verdadeiramente análises institucionais. O Politécnico é um diferente que às vezes é ajudado, mas, também, tolerado e representado como desigual. Há nestas lógicas nitidamente uma diversidade de identidades institucionais, o que não é pecado nenhum, mas, há, também, uma nítida desigualdade nas interações. Muitas são as Universidades que recusam que os seus júris de provas públicas integrem os doutores dos Institutos Politécnicos. Por seu lado, o Politécnico ainda não obriga à obtenção dos graus de mestre e de doutor, o que, de resto, não dispensa também a possibilidade de se pensar que assim o Estado legitima a desigualdade que subjaz à desejada diferença identitária. A comunicação e as relações de poder entre estes dois subsistemas são assim fundamentalmente unívocos. Muito unilaterais.

Há ainda uma outra lógica bem mais perversa: aquela que considera o diferente não só como estando abaixo, neste caso concreto o Ensino Politécnico perante o Universitário, mas em que, ainda por cima, o estigmatiza, o constrói socialmente como sendo para os mais débeis socialmente – a ideia ainda muito corrente dos cursos médios tão desejados para as estruturas intermédias do mundo empresarial.

Por último, e ainda em termos de alguma conceptualização para pensar a tal relação entre os actuais subsistemas do ensino superior em Portugal, gostaria de apresentar uma outra lógica, aquela que nos meus trabalhos académicos tenho designado de interculturalidade – aquela que me continua a parecer a única capaz de permitir a diversidade na unidade. Tal relação entre instituições passará, em primeiro lugar, por assumir o Ensino Superior Público como único e não dicotomizado. Claro que também aqui se pode pensar em acabar com os nomes dos dois actuais subsistemas – universitário e politécnico – e substituí-lo unicamente por um: ensino superior ou outro. Mas, aqui, é a cultura hegemónica que, uma vez mais, decide, que continua a idolatrar o Ensino Universitário e, portanto, não creio que o nome *Universidade* desapareça no próximo milénio. Mas, do meu ponto de vista, parece-me que não podemos perder tempo em reivindicar o acesso das nossa escolas superiores à denominação de construtoras dum saber universal, ainda que localizável ou regionalizável e aplicável no meio em que se inserem. A diversidade e a alteridade dos projectos escolares são passíveis de sobreviverem e de se desenvolverem mesmo sob a alçada da Universidade, seja ela Politécnica, Técnica ou não. Serão os projectos e o devir de cada instituição que assegurarão a diversidade na unidade, quer dizer, na Universidade.

Voltando ao meu modelo geométrico, o Ensino Superior, a Universidade, numa palavra, corresponderá aos quadriláteros, o quadrado às Universidades mais Clássicas e o rectângulo ao actual Ensino Politécnico que poderá futuramente ter escolas mais quadradas ou não, rectangulares com lados mais ou menos compridos ou não, enfim, mais ou menos distantes do quadrado consoante a contextualização no tecido das regiões. A título de exemplo, não vejo razão para que as escolas de formação de professores, integradas nos actuais politécnicos, tenham uma lógica muito diferente das que têm os mesmos objectivos nas Universidades do país. A mudar alguma coisa, em termos pedagógicos, neste caso concreto, e em prol da construção de *professores locais*, simulta-

neamente flexíveis às diferentes realidades sociais, culturais, geográficas, ou outras, e capazes de construir a ponte com o global, até me parece que tal tem de ocorrer é com o que se passa actualmente em muitas universidades. De alguma forma, precisariam de alongar alguns lados do seu quadrado para descerem do pedestal da abstracção e da descontextualização em que tantas vezes se encontram.

Vejamos agora algumas vantagens e desvantagens da diferenciação, contextualizada com os actuais subsistemas do ensino superior.

### **Vantagens da diferenciação:**

Pode levar ao desenvolvimento particular (de cada escola) e do todo (o exemplo do IPL) quando as identidades se complementam e não colidem. Assim, cada escola deve desenvolver-se a partir da sua matriz de objectivos, o que não significa apenas crescer (aumentar as turmas, o número de alunos, os docentes, os funcionários, etc.) mas pensar amplamente e diversificar e ampliar os domínios, até próximo do limite, em volta dum âmbito aglutinador: é o exemplo das Escolas de *Tecnologia e Gestão, Arte e Design, Educação* e, por que não, também, *Ciências Sociais...* Alargamento e desenvolvimento devidamente contextualizado com o meio ambiente, como parece ser, também, o caso da Escola Superior de Tecnologia do Mar em Peniche.

Assim, por exemplo, cada ESE pode e deve destringar-se das demais. A de Leiria deverá ser diferente da de Coimbra, a ESTG de Mirandela deverá ser diferente da de Bragança, embora neste caso pertençam até ao mesmo Politécnico. É deste modo que vejo com bons olhos o possível desenvolvimento da ESE de Leiria para Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Isto para legitimar dignamente os cursos que já tem, com as suas diferenças específicas, mas em pé de igualdade perante a instituição. E para pensar também prospectivamente nos domínios que se entrecruzam dentro da educação, no seu sentido amplo, com a formação de professores mas também de outros profissionais da educação ao longo da vida, da animação e da comunicação social e cultural, do turismo, das relações humanas, do serviço social, etc.

Do mesmo modo, cada Instituto, como um todo, pode e deve distinguir-se não só das Universidades mais próximas ou mais longínquas bem como dos outros Institutos. E isto faz-se com o tal projecto próprio, vontade, perseverança e crenças particulares, apoios aos docentes, estratégias de desenvolvimento, etc.

Mas, reiterando o já dito atrás, quando o excesso de diversidade põe em pé de desigualdade os dois subsistemas do ensino superior, acho então preferível assegurar a manutenção da especificidade dentro dum único sistema de Ensino Superior que se tornará na metáfora da salada de frutas, que também costumo usar nestas questões, que não perderá o sabor específico de cada fruto (neste caso de cada escola) dentro da unidade que constitui essa sobremesa tão apetecida.

### **Desvantagens da diferenciação?**

Quando o ser diferente se traduz em desigualdade, como vimos. Quando se traduz em direitos reduzidos ou quartados. Não há dúvidas que o Ensino Politécnico já con-

fere licenciaturas. Essa foi já uma conquista. Uma pequena batalha ganha. Mas por que razão é que em Leiria não se podem formar professores para o Ensino Secundário? Por que é que temos de ficar pelo pré-escolar e pelos 1.º e 2.º ciclos? E por que razão não pode o ensino superior público em Leiria atribuir o grau de mestre e de doutor? Por que podem os docentes do IPL orientar teses de mestrado e doutoramento em Universidades e não o podem fazer na instituição a que estão afectos? Por uma única razão, embora complexa: porque não há um sistema único de ensino superior; porque o Estado trata de forma muito desigual os dois subsistemas; porque Leiria não tem uma Universidade Pública; porque somos filhos de um Deus menor.

Penso que é tempo de deixarmos de ser masoquistas. A esperança (apesar de ser a última coisa a morrer) de vermos o Politécnico diferente mas igual ao Universitário é guerra perdida. A diversidade na unidade tem que permitir a comunicação entre as partes e o todo; e o politécnico e a universidade estão cada vez mais incomunicáveis. Estão numa relação de subalternidade versus superioridade. Os dois subsistemas estão cada vez mais a transformar-se em dois sistemas: um exclusivamente profissionalizante, o operariado da sociedade, o outro, o elitista, o da cultura dominante e hegemónica, hoje, ontem e amanhã.

Se o IPL vier a dar origem a breve trecho à Universidade de Leiria, a especificidade dos seus cursos, tecnológicos, de gestão, de educação, de arte, etc. estará assegurada na mesma. Mas também não podem ser impedidos de progredir os estudos quando o quiserem. E por que não na sua região? Desta forma, a diversidade do mais técnico com o mais académico poderá aqui coexistir.

Ganharemos ainda muita coisa. Todos nós, professores, alunos, funcionários, pais, empresas, organizações diversas e, também, Leiria e a sua Região. As nossas escolas poderão, desta maneira, reproduzir-se. Os seus quadros poderão formar-se dentro da própria instituição. Os docentes terão que fazer obrigatoriamente mestrado e doutoramento, assegurando a qualidade do ensino, a certeza da investigação e a credibilidade da instituição. Os doutores poderão fazer investigação em pé de igualdade com os colegas das outras universidades. Não terão de a elas voltar para fazer a agregação, outra prova que volta a fazer depender o Ensino Politécnico do Universitário.

E, já agora, numa perspectiva mais macro, mais sistémica, menos pessoal, menos subjectiva, penso que ganhará também o próprio país e por que não também a justiça e a igualdade?

Leiria não é periferia. Leiria merece ser uma cidade central, geográfica e politicamente. Leiria merece ser, também por isso, uma cidade com Universidade Pública.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CSISP (2000), *Ensino Superior Politécnico, algumas reflexões preliminares*, Leiria, Instituto Politécnico de Leiria.
- IPL (2001), *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Instituto Politécnico de Leiria 2001-2006*, Leiria, Instituto Politécnico de Leiria.

- MARTINS, Guilherme d' Oliveira (1998), *Educação ou Barbárie*, Lisboa, Gradiva.
- SILVA, José Manuel (1995), *Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: a Questão da Universidade Pública de Leiria e Outros Textos*, Leiria, Livraria Arquivo.
- SIMÃO, José Veiga; COSTA, António de Almeida (2000), *Ensino Politécnico em Portugal*, Porto, CSISP.
- TODOROV, T. (1990), *Nous et les Autres*, Paris, Seuil.
- VIEIRA, Ricardo (1999a), *Ser Igual, Ser Diferente*, Porto, Profedições.
- VIEIRA, Ricardo (1999b), *Histórias de Vida e Identidades*, Porto, Edições Afrontamento.





IPL



A universidade de Leiria como  
eixo construtor da região

3  
4